



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um *clipping* de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 21 de maio de 2010
Estado de Minas - Belo Horizonte/MG
Ministério da Saúde | Institucional*

Uma questão de saúde mental

CARREIRAS

Entre 27 e 30 de junho próximo será realizada a 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental em Brasília (DF). O tema do encontro é "Saúde Mental, direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios".

O evento chama atenção porque persiste um debate de posições antagônicas desde a instituição da lei 10.216, em 6 de abril de 2001, a qual, em resumo, decretava o fim dos manicômios. Entre os oponentes, de um lado estão os que defendem propostas antimanicomiais e, de outro, aqueles que indicam a clínica tradicional e hospitalar para o tratamento do doente mental.

A Organização Mundial da Saúde dedicou o 7 de abril daquele ano, Dia Mundial da Saúde, à saúde mental, com o tema "Cuidar sim, excluir não". Ainda em dezembro de 2001, o Conselho Nacional de Saúde realizou a 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental.

PROJETO FICOU 12 ANOS NO CONGRESSO

Em 27 de março de 2001, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de extinção progressiva dos manicômios no Brasil, o qual estava há 12 anos no Congresso Nacional.

O autor do projeto, deputado Paulo Delgado (PTMG), propunha que os doentes mentais crônicos ou abandonados tivessem atendimento social e psicológico e fossem beneficiados por serviços ocupacionais, de lazer e de assistência social, como meios facilitadores de sua reintegração na sociedade. Os casos graves continuariam passíveis de internação, mas em alas psiquiátricas de hospitais gerais. A proposta considerava a transformação de manicômios em centros de convivência e o direcionamento de verba do orçamento anual para a construção de centros alternativos de atendimento

em vez da criação de novos leitos. Na época eram estimados 57 mil leitos em hospitais psiquiátricos no País.

Mesmo transformado em lei, o projeto foi alvo de muita discussão, a qual perdura até hoje, quase uma década depois. A substituição dos manicômios por Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e por Centros de Convivência e Cooperativismo (Ceccos) sempre esteve no calor das discussões. Uma das críticas era de que o modelo dos centros comunitários previa atendimento a pequenos grupos, o que encarecia o tratamento, quando havia a necessidade de uma assistência mais ampla.

UMA FORÇA NA VOLTA PARA CASA

Em 28 de maio de 2003, o presidente Lula anunciou o programa De Volta para Casa, uma nova política de saúde mental, concedendo R\$ 240,00 mensais para os pacientes internados em hospitais psiquiátricos que voltassem para casa. A proposta do Ministério da Saúde era de que 2 mil pessoas fossem beneficiadas pelo programa naquele ano e que, até 2007, cerca de 14 mil pacientes fossem atendidos. No lançamento do programa, o ministro Humberto Costa também anunciou a criação de 178 novos Caps (além dos 424 já existentes) para crianças, adolescentes, adultos e portadores de transtorno mental associado ao uso abusivo de álcool e drogas (os dois principais fatores que levam os doentes à internação). O site do Ministério da Saúde informa que até junho de 2009 havia 3.346 beneficiários do programa

Existe um consenso de que o doente mental deve ser reintegrado à família e à sociedade, participando, inclusive, de trabalhos comunitários e de oficinas produtivas que podem lhe gerar renda, além de atividades físicas e culturais. Muito desse trabalho vem sendo feito por Organizações Não Governamentais (ONGs) há bastante tempo, até mesmo antes da aprovação da lei 10.216. Dizem os especialistas que a maioria dos transtornos mentais pode ser facilmente diagnosticada e tratada, abolindo-se a necessidade de isolamento dos doentes. Avanços da ciência e a consequente adoção de novos métodos de tratamento e medicamentos mais eficazes contribuem para isso. Mas, a despeito dos esforços nesse sentido, ainda há muito a fazer. Uma das questões do momento é a falta de leitos nos hospitais gerais para os pacientes que precisam ser internados.

Por isso mesmo, a 4ª. Conferência Nacional de Saúde Mental é bem-vinda. Não só a necessidade de leitos, mas a demanda por mais Caps, a ampliação do programa De Volta para Casa, as possibilidades de trabalho, os direitos humanos, o combate ao preconceito e outros temas devem constar da pauta do encontro.

*Homenagem a Engel Paschoal (07/11/1945 a 31/03/2010), jornalista e escritor, criador desta coluna.

*Brasília, 21 de maio de 2010
Diário do Nordeste - Fortaleza/CE
Congresso Nacional | Emenda 29*

Painel

Braços cruzados. Durante a marcha, os prefeitos fizeram lobby intenso pela regulamentação da emenda 29, que, entre outros pontos, recria a CPMF com o nome de CSS. Em sintonia com seus cabos eleitorais, um grupo expressivo de deputados se comprometeu a obstruir a pauta da Câmara para forçar a inclusão da matéria na pauta.

Não é comigo. Em discurso ontem na marcha, Lula incitou: "Por que a emenda 29 não passa? Não é porque o presidente da República não quer. Quando eu sair daqui, perguntem ao presidente da Câmara por que (os deputados) não querem, por que não passa? É uma vergonha!".

*Brasília, 21 de maio de 2010
Correio do Povo - RS - Porto Alegre/RS
Congresso Nacional | Emenda 29*

Famurs quer emenda 29 na pauta

GERAL

"Alguns deputados não entenderam nossa vinda a Brasília. Não viemos para ouvir discursos, mas para sermos ouvidos", disse o presidente da Federação das Associações de Municípios do RS, Marcus Vinícius Vieira de Almeida. Na próxima semana, os prefeitos buscarão o presidente da Câmara, Michel Temer, a fim de pedir prioridade para a colocação da emenda 29 na pauta. Num balanço da Marcha a Brasília, Almeida apontou avanços, como o projeto de lei que poderá institucionalizar uma arrecadação mínima aos municípios em relação ao FPM.

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 21 de maio de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde